

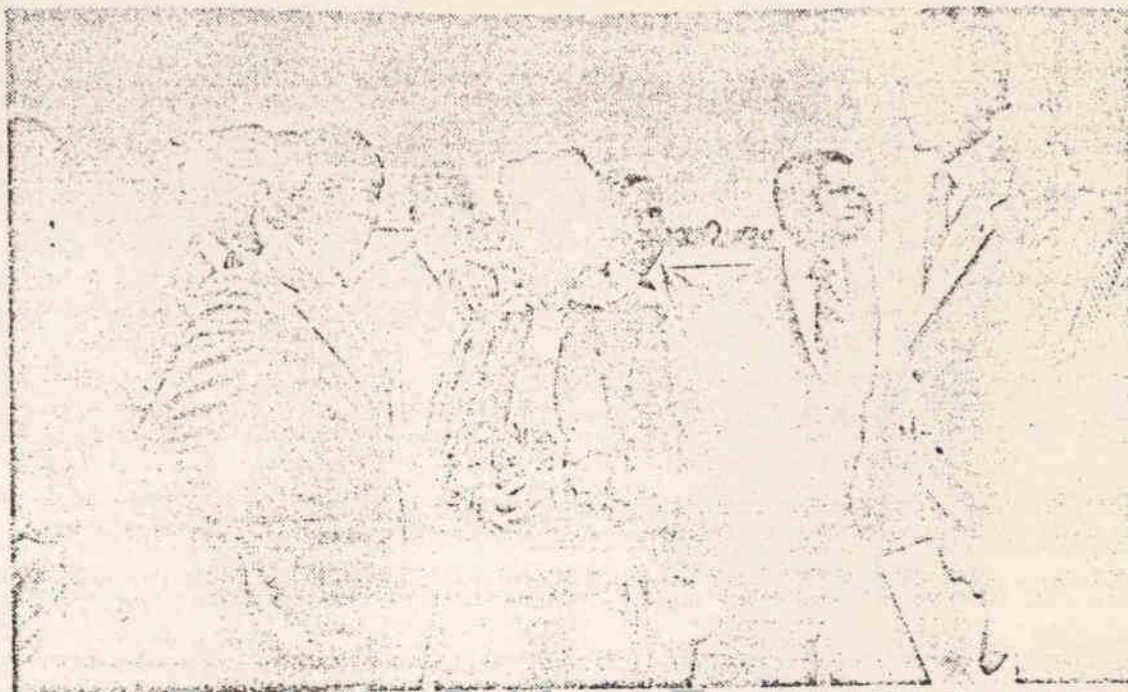
PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Secretaria-Geral

DIRECÇÃO DOS SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO, DOCUMENTAÇÃO E RELAÇÕES PÚBLICAS

DIVISÃO DE INFORMAÇÃO

Publicação D Notícias Periodicidade D
Dia 4-10-27 Pág.(s) 1-2 Tendência política _____



(Foto «DN» — Luis Saravia)
Maria de Lurdes Pintasilgo não se furtou ao «dia a dia» com os populares que a saudaram nas ruas, em Peniche. Vemo-la n'uma dessas ocasiões, juntamente com os ministros da Justiça e dos Assuntos Sociais e do presidente da Câmara daquela vila

Governo vai definir a política agrária

— anunciou Lurdes Pintasilgo em Peniche

O Governo vai trabalhar intensamente, ao longo desta semana, na definição da sua política agrária, segundo revelou, em Peniche, a primeiro-ministro. Maria de Lurdes Pintasilgo que, reafirmando a fidelidade do Executivo a Lei de Bases da Reforma Agrária, adiantou, no entanto, que a sua aplicação «tem de ser diferente» — como noticiamos na página 2.

Respondendo a uma interpeção que nesse sentido lhe fora formulada, a chefe do Governo disse, nomeadamente, que o Ministério da Agricultura e Pescas cancelara algumas dezenas de entregas de reservas, anteriormente decididas, por entender que os respectivos processos «não estavam conforme a lei».

Neste domínio, Maria de

Lurdes Pintasilgo resumiu a posição do Governo sublinhando que, em conformidade com o diploma vigente e aprovado pela Assembleia da República, será respeitado o direito de propriedade individual, o que conduz à entrega de reservas, «aqueles proprietários que, directamente, vão trabalhar a terra».

CONTINUA

Lurdes Pintasilgo foi no sábado a Peniche

“Tem de ser diferente” a aplicação da Lei de Bases da Reforma Agrária

• A preparação de uma lei-quadro de energia foi também anunciada pelo primeiro-ministro

Para além dos problemas locais que focou, na visita que fez no sábado a Peniche, nomeadamente o da construção naquela vila, de um centro de saúde do tipo integrado, com uma ampla acção hospitalar, a primeiro-ministro Maria de Lurdes Pintasilgo referiu-se a outras questões de dimensão nacional, anunciando a preparação pelo actual Governo de uma lei-quadro de energia e advogando no domínio nuclear — embora a título pessoal e sem qualquer vinculação para o Executivo — a consulta aos representantes do povo nas autarquias no que respeita à construção (ou não) de uma central em Portugal.

Respondendo, em sessão pública, às interrogações formuladas, Maria de Lurdes Pintasilgo sublinhou o propósito do Governo de «cumprir a lei de bases da Reforma Agrária acrescentando, porém, que a forma como a mesma é executada tem de ser diferente». A primeiro-ministro, que desmentiu ao «DN» a existência de qualquer atitude demissionária por parte de alguns membros do seu Governo — «isso é completamente falso e não tem o mais pequeno fundamento. Não há nenhum ministro demissionário e muito menos o senhor ministro da Agricultura» — adiantou ainda que, na próxima semana, os problemas agrários vão merecer a particular atenção do Executivo.

Com o Sol a assomar-se por entre as nuvens, a por termo a dois dias de chuva persistente na região, Maria de Lurdes Pintasilgo recebeu, em Peniche, algumas gentes vindas de alguns quilómetros da vila. No Alto da Foz, no limite do concelho, encontravam-se os representantes das autarquias locais que cumprimentaram a primeiro-ministro e os membros do Governo que a acompanhavam: os ministros da Justiça e dos Assuntos Sociais, respectivamente Pedro Macedo e Bruto da Costa e o secretário de Estado da Administração Regional e Local, José Penada. Só mais tarde o secretário de Estado das Pescas, Duarte Silva, se juntou à comitiva.

A chegada a Peniche, cerca das 11 e 30, algumas centenas de populares — não era muito densa a concentração das pessoas porque eram horas de lotas — aplaudiram a chefe do Governo quando esta desceu do carro que a transportara até à Câmara Municipal. Antes, porém, de entrar no edifício, a primeiro-ministro deteve-se, por alguns momentos, em breve diálogo com habitantes da vila.

As boas-vindas do município

Já no salão nobre dos Paços do Concelho, numa breve sessão de boas-vindas, o presidente do Município aproveitou o espaço para enumerar alguns dos principais problemas que afetam a região, referindo, nomeadamente, a carência de habitação, a falta de infraestruturas de terra do porto de pesca, a necessidade de construção de um centro de saúde com funções hospitalares e do reforço do abastecimento de água a todo o concelho.

No breve improviso com que agradeceu as palavras do edil

lhe fora dispensado pela população Maria de Lurdes Pintasilgo que consideraria as instituições locais, as mais capazes para sentirem o desejo das gentes sublinharia, mais uma vez, que não vimos fazer promessas que não poderemos cumprir, aludindo ao horizonte temporal que limita a acção do actual Executivo e à situação das finanças públicas, de reduzida capacidade de manobra. Outro aspecto que lhe mereceu referência foi a paralisação que este Governo veio encontrar em vários sectores da vida pública.

Cumprindo, depois, o programa previamente estabelecido, a primeiro-ministro visitou as instalações provisórias do Tribunal Judicial da comarca e os casais, em construção, para os agregados e, antes de se deslocar ao local onde decorrem as obras do porto de pesca, esteve nos terrenos onde irão construir-se o Centro de Saúde cujo projecto está concluído, e a futura Casa da Justiça. Mais tarde, a seguir ao almoço, servido num restaurante no Cabo Carvoeiro, Lurdes Pintasilgo foi ao lar de Santa Maria, uma instituição mantida pela Igreja, para convalescentes da terceira idade e para crianças nas mesmas condições, e onde se mantém a tradição das crecheiras de Peniche — ali se iniciam as mezinhas internadas na difícil arte dos bilros — e a um bairro social em construção e cuja conclusão parece comprometida. A paralisação das obras de um conjunto habitacional onde trabalhavam os pedreiros no âmbito do Ministério da Justiça, mereceu, a Maria de Lurdes Pintasilgo, uma vigorosa promessa de desbloqueamento.

Política de emergência e Reforma Agrária

No ponto alto da visita teve por cenário o ginásio da Associação de Educação Física, Cultural e Recreativa de Peniche, onde decorreu a sessão pública, durante a qual os membros do Governo foram interpellados por representantes de diversos sectores da população, não só em relação a questões locais, mas no conveniente e outros problemas de dimensão nacional como os das políticas energética e nuclear. Também os comportamentos do Executivo no que se refere à aplicação da lei na zona de intervenção da Reforma Agrária foram objecto de interrogações.

Em particular, os temas locais circunscreveram-se aos sectores da habitação e das pescas e neste último domínio foi o respectivo secretário de Estado que prestou esclarecimentos, vinculando, o caso ao aproveitamento das instalações de frio existentes, e anunciando, por outro lado, a execução de estudos com vista à possibilidade de atender às pretensões do sector, quanto a preços bonificados para os combustíveis. Aquele membro do Governo salientou, contudo, o peso excessivo da massa salarial nos custos de produção, que, nalguns domínios, atinge valores da ordem dos 60 por cento.

Neste período, também o ministro dos Assuntos Sociais enumerou a importância do fundo de pensões dos pescadores, vinculando a esse passo a extinção de uma dívida à Presidência, por parte das empresas, de 25 milhões de contos, o que impossibilita a execução de determinados projectos que estariam na mente do Governo.

Por fim, a primeiro-ministro falou da política energética, da central nuclear prevista para 1987 e do cumprimento da lei

CONTINUA

de Bases da Reforma Agrária. E divulgando os trabalhos em curso para a apresentação de uma lei-quadro, da energia e, depois, a título individual, o seu pensamento quanto à construção de uma central nuclear no mesmo país, deteve-se, particularmente, na apreciação do último ponto citado — a Reforma Agrária:

«Tornou claro este Governo (...) que a sua política era a do cumprimento da lei» disse Lurdes Pintassilgo, acrescentando que quando o seu Gabinete assumiu funções havia no MAP muitas dezenas de decisões, relativas a entregas de reservas que foram canceladas por este Governo por os processos não estarem na devida ordem, não estarem conforme a lei.

«Isso significa» prosseguiu o primeiro-ministro, «que a política é de seguir a lei. A lei tem sido a mesma dos Governos anteriores; no entanto, a forma como a lei é executada, tem que ser diferente.»

E depois de acentuar que mais de 50 por cento das reservas que estavam para ser entregues foram sujeitas a um reexame total, e por isso estão suspensas no Ministério da Agri-

cultura». Lurdes Pintassilgo continuou a defender o princípio da aplicação do diploma que regula o sector de intervenção da Reforma Agrária, adiantando:

«No que diz respeito à entrega de reservas tal como a lei estipula, o sistema tem de ser revisto para que a lei seja efectivamente cumprida.»

E explicitando o seu pensamento que sintetizou em dois pontos: «O Governo tem obrigação, como consta de toda a lei relativa à Reforma Agrária, de respeitar a organização cooperativa dos trabalhadores rurais, sempre que esta se traduza numa efectiva protecção dos trabalhadores e numa rentabilidade das terras por eles trabalhadas; o Governo tem obrigação de respeitar, também, o direito de propriedade individual, dentro do espírito da lei da Reforma Agrária, o que tem de nos conduzir apenas à entrega de reservas a aqueles proprietários que, directamente, vão trabalhar a terra. Isto é letra da lei», afirmou a encerrar o tema, não sem que antes tenha anunciado que «na próxima semana esta vai ser uma das preocupações dominantes da nossa actividade».